

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM AOS ACIONISTAS E CLIENTES

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito - Santense de Saneamento - Cesan apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

As metas estratégicas da Cesan, que atende a mais de dois milhões de pessoas, são manter a universalização do abastecimento de água, acompanhando o crescimento da população e a formação de novos núcleos urbanos nos 52 municípios atendidos pela Companhia, além de elevar a cobertura com serviços de coleta e tratamento de esgoto de 51% para 70% da população nessas áreas, atingindo a universalização até 2030.

Em 2013 a diretoria da Cesan realizou uma gestão voltada para o equilíbrio financeiro, com foco nos clientes e aumento dos investimentos. Pelo décimo primeiro ano consecutivo a Companhia fechou o balanço com resultados positivos. O lucro líquido obtido no período foi de R\$70,747, contra R\$ 76,268 milhões em 2012.

Os investimentos realizados para ampliar a cobertura de esgoto tratado e melhorar o abastecimento de água na Região Metropolitana da Grande Vitória e no interior do Estado somaram R\$ 247,7 milhões, totalizando R\$ 680 milhões nos últimos três anos. Em 2014, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 298 milhões.

Os sucessivos resultados positivos da Cesan garantem credibilidade junto às instituições financeiras para realizar o maior investimento no setor de saneamento da história do Espírito Santo. Entre 2011 e 2014, aproximadamente, R\$ 1 bilhão devem ser aplicados em obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água e evolução operacional da Companhia.

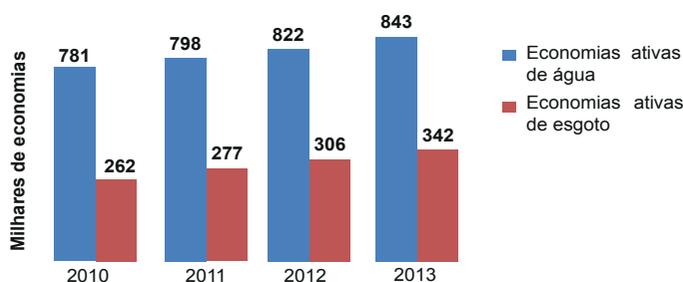
O processo de planejamento estratégico vem possibilitando que toda a Companhia trabalhe de forma harmoniosa e consciente, proporcionando a obtenção dos resultados desejados, levando à efetividade o processo de evolução da Cesan e ao cumprimento de sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores.

Ao conjunto acertado de decisões e ações de natureza econômica e financeira estão sendo agregadas ações complementares de natureza institucional, operacional e administrativa, capazes de conduzir a Empresa aos padrões necessários para atingir sua visão de futuro: "ser excelência no setor de saneamento do Brasil".

MERCADO

Em 2013, a Cesan abasteceu 2,1 milhões de pessoas com água tratada e atendeu 845 mil com coleta e tratamento de esgotos. Somente em 2013 agregou 21 mil novos domicílios à rede de água, e mais de 36 mil domicílios à rede de esgoto, utilizando um total de 7.252 Km de redes de água e 2.200 Km de redes coletoras de esgoto. A Companhia possui uma cobertura de 99% da população em sua área de atuação com adequados serviços de abastecimento água e 51% com serviços de esgotamento sanitário.

Economias ativas de água e esgoto



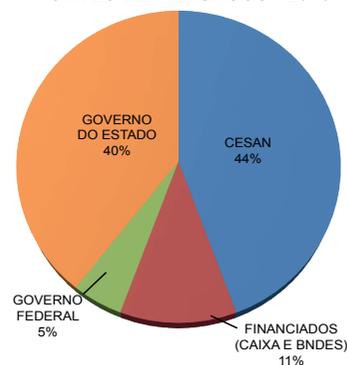
Os clientes da Cesan, para efeito de cobrança pelos serviços prestados, são distribuídos de acordo com suas características de demanda / consumo e também socioeconômicas e são classificados como: Residencial, Comercial, Industrial e Público.

O Governo do Estado e a empresa, preocupados com aspecto social que os serviços de saneamento envolvem, beneficiam os clientes de menor poder aquisitivo com a tarifa social, garantindo o acesso ao saneamento, fundamental para a saúde e a qualidade de vida da população. A tarifa social é um benefício da CESAN, em forma de desconto, que vai incidir sobre as tarifas de água e esgoto dos imóveis classificados na categoria residencial, variando de 20% a 60% de descontos.

Os critérios utilizados para concessão da Tarifa Social são estabelecidos pela ARSI - Agência Reguladora, para os moradores beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal ou que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC (art. 20 da Lei Nº 8.742, de 07/12/1993).

A Cesan investiu em 2013 um total de R\$ 247,7 milhões. Deste valor, R\$ 110 milhões foram com recursos próprios da Companhia e o restante, através de financiamentos da Caixa Econômica Federal - CEF e BNDES, além de repasses da FUNASA, OGU, e principalmente do Governo do Estado com R\$ 97,7 milhões.

FONTES DE RECURSOS - 2013



Foram aplicados R\$ 100,7 milhões em obras de abastecimento de água, R\$ 103 milhões em obras de esgotamento sanitário, e, ainda R\$ 31,3 milhões em ações de desenvolvimento institucional/operacional e aquisição de ativos necessários ao seu processo industrial no valor de R\$ 12,7 milhões.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (Em Milhões R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Abastecimento de Água	74,32	64,11	63,70	53,60	100,66
Esgotamento Sanitário	169,98	172,24	138,32	119,50	103,01
Des. Institucional/Operacional	39,23	14,86	14,84	26,42	31,34
Ativos fixos	5,40	8,46	7,16	8,67	12,68
TOTAL	288,92	259,67	224,02	208,19	247,70

Dos recursos aplicados em obras de melhorias e ampliação de sistemas de abastecimento de água, que levaram benefícios a cerca de 2,2 milhões de habitantes, destacam-se os seguintes empreendimentos concluídos:

- Complementação e ampliação do sistema de reservação de Santa Maria/ Nova Rosa da Penha - Cariacica;
- 1ª etapa do reservatório Araquém - Guarapari;
- Construção de reservatório semienterrado de 750 m3 - Iúna;
- Substituição da adutora de água tratada DN 1000 mm - trecho 5ª avenida - Vila Velha;
- Ampliação de redes em Santa Teresa;
- Ampliação das redes de distribuição de Conceição da Barra;
- Implantação da automação da estação de tratamento de água de Nova Venécia.

Das obras que se encontram em andamento, destacam-se:

- Ampliação do Sistema de abastecimento de água tratada de Jacaraípe, Nova Almeida e Praia Grande - Serra/Fundão;
- Construção de reservatório de água tratada e duas estações elevatórias em Conceição da Barra;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água de Guarapari (2ª etapa);
- Ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água da Sede - Santa Maria de Jetibá;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água de Atilio Vivacqua (1ª e 2ª etapa);
- Setorização e complementação de redes de distribuição de São Gabriel da Palha.

Quanto aos serviços de esgotamento sanitário, em 2013, que levaram benefícios a um universo acima de 1,1 milhão de habitantes, destacam-se as seguintes obras concluídas:

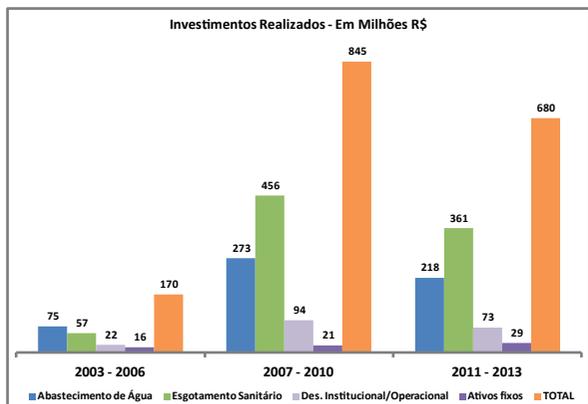
- Complementação do sistema de esgotamento sanitário de Campo Grande - Cariacica;
- Complementação do sistema de esgotamento sanitário de Santa Maria de Jetibá;
- Ampliação das redes coletoras de Pedro Canário;
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário de Ecoporanga.

Das obras que se encontram em andamento, destacam-se:

- Complementação do sistema de esgotamento sanitário Guarapari - Centro;
- Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Meaipe, Enseada Azul, e Nova Guarapari - redes e elevatórias;
- Sistema de esgotamento sanitário de Ponta da Fruta (1ª etapa) - Vila Velha;
- Sistema de esgotamento sanitário de Jardim Limoeiro e adjacências - Serra;
- Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Mangueiros - Serra;
- Sistema de esgotamento sanitário de Nova Venécia - 2ª etapa;
- Sistema de esgotamento sanitário de Pinheiros - 2ª etapa;
- Sistema de esgotamento sanitário de Afonso Cláudio;

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2013

- Implantação e Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Vila Valério;
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Águia Branca, em parceria com o Município.



A CESAN também irá desenvolver, em parceria com o Governo do Estado, um novo Programa de Investimentos com o Banco Mundial, o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, que prevê investimentos na ordem de US\$ 323 milhões, sendo US\$ 233,4 milhões de responsabilidade executiva da CESAN, representando 72% do total dos recursos programados.

O Programa tem como objetivo melhorar a gestão sustentável de recursos hídricos e o acesso ao saneamento no Estado do Espírito Santo, atuando em áreas estratégicas urbanas e rurais para o acesso equitativo e qualitativo dos recursos hídricos com investimentos programados para a proteção e recuperação dos mananciais por meio de ações de fortalecimento da gestão hídrica e recuperação da cobertura florestal com a promoção de práticas sustentáveis de manejo da terra; ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário e melhoria da eficiência do abastecimento de água; elaboração de plano diretor metropolitano de manejo de águas urbanas e da gestão integrada de risco de desastres, incluindo a melhoria da capacidade de resposta do Estado aos eventos extremos da natureza. As grandes metas do Programa estão assim relacionadas:

- Garantir que o acesso à água seja assegurado, no sentido de estar disponível em quantidade e qualidade adequada para os respectivos usos, bem como salvaguardados para sua utilização pelas futuras gerações;
- Ampliar a cobertura de coleta, tratamento e destinação final de esgotos sanitários em municípios das Bacias do Jucu e Santa Maria da Vitória e, na microrregião do Caparaó, em municípios de atuação da CESAN;
- Ampliar a cobertura florestal do Estado, na microrregião do Caparaó e adjacências e nos municípios das bacias dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória;
- Institucionalizar e promover boas práticas agrícolas e de construção de estradas vicinais para contribuir para a redução dos contribuintes de assoreamento e poluição dos corpos d'água;
- Fortalecer a capacidade de governança na gestão de riscos hidrológicos extremos.

A CESAN será o Ente Executor dos investimentos relacionados a Gestão Integrada de Águas Urbanas e ao Componente de eficiência dos serviços de abastecimento de água e aumento do acesso ao saneamento.

Neste aspecto registra-se que dos 38% de atendimento com os serviços de esgotos, a CESAN apresenta excelente performance quanto ao tratamento do volume coletado, de 96,1% face a uma média nacional de 68,8% (SNIS-2011).

O Pró-Rural – Programa Especial para Comunidades Rurais, criado em 26 de abril de 1991, através da Resolução CESAN Nº2745/91, atua na elaboração de projetos e execução de obras de implantação e/ou melhoria/ampliação de sistemas de saneamento – água e esgoto, nas localidades de pequeno porte.

Os projetos são elaborados através de contratos, custeados com recursos próprios CESAN e as obras são realizadas com recursos diretos do Governo do Estado, ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), em parceria com as Prefeituras Municipais.

A gestão e operação do sistema de saneamento (água e esgoto) implantado pelo Programa Pró-Rural são realizadas por moradores da própria comunidade, que recebem treinamento e suporte técnico da Divisão de Saneamento Rural da CESAN. Há cobrança de taxa entre os usuários do sistema, a qual é totalmente realizada e utilizada pela gestão comunitária para manutenção/operação do sistema. O município por vezes atua no suporte financeiro à operação e manutenção.

A CESAN realiza suporte técnico ao tratamento e à mobilização da comunidade para "autogestão", treinamento dos operadores indicados pela comunidade, além de suporte eletromecânico em equipamentos e automatização de sistemas.

O investimento realizado (recursos próprios) na **Elaboração de Projetos** de sistemas de saneamento (água e esgoto) em 2013 foi de **R\$ 475.808,50**.

Projetos Elaborados em 2013:

ITEM	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	TIPO
1	CASTELO	LIMOEIRO	ÁGUA
2	LARANJA DA TERRA	SÃO LUIZ DE MIRANDA	ÁGUA
3	BOA ESPERANÇA	KM 20	ESGOTO
4	BOA ESPERANÇA	SANTO ANTÔNIO DO POUSOALEGRE	ESGOTO
5	GUARAPARI	SÃO MIGUEL	ÁGUA
6	NOVA VENÉCIA	SÃO LUIZ REI	ÁGUA
7	SANTA LEOPOLDINA	BARRA DE MANDARÁI	ESGOTO
8	NOVA VENÉCIA	CÓRREGO DA AREIA	ÁGUA
9	NOVA VENÉCIA	GUARAREMA	ÁGUA
10	SÃO GABRIEL DA PALHA	VILA FARTURA	ÁGUA
11	GUARAPARI	AMARELOS E ACAPULCO	ÁGUA
12	GUARAPARI	RETA GRANDE	ESGOTO
13	DORES DO RIO PRETO	PEDRA MENINA	ÁGUA

Obras finalizadas em 2013 – 04 obras de sistemas de água:

- Abastecimento de água na localidade de Taquarussu – Conceição do Castelo, investido em 2013 o montante de R\$ 254.104,44, recursos próprios;
- Complementação das obras de Melhoria e Ampliação do sistema de água de Santa Luzia do Norte, Implantação do sistema de água das localidades de Muritiba e Santa Rita, todas no município de Ecoporanga, num total investido em 2013 de R\$ 168.098,35, recursos oriundos da SEDURB.
- Obra em execução em 2013 – Melhoria e ampliação do sistema de água da localidade de Cidade Nova da Serra, no município de Serra – valor investido em 2013 foi de R\$ 490.925,10 – recurso próprio CESAN e este sistema será operado pela CESAN.
- Obra em processo de Licitação em 2013 – utilização de recursos provenientes da isenção do imposto referente ao ICMS da Energia, por decisão do Governo do Estado, conforme Decreto Nº 3364-R, de 15/08/2013 (alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1090-R, 25/10/2002), totalizando R\$ 7.563.590,23 em investimentos:
- Água - nas localidades de Camará (São Gabriel) – Muqui; Limoeiro – Castelo; São Miguel – Guarapari; Boa Vista e São Luiz Rei – Nova Venécia; Monte Carmelo – Alto Rio Novo;
- Esgoto – na localidade de KM 20 – Boa Esperança;
- Iniciadas em final de 2013 as obras de melhoria/ampliação do sistema de água de Camará (São Gabriel) e implantação do sistema de água de Limoeiro. As demais obras em licitação com previsão de início em 2014.

O Programa Pró-Rural está presente no Planejamento Estratégico do Governo do Estado através do Projeto Prioritário "Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Sistemas de Saneamento (água e esgoto) em Localidades de Pequeno Porte", cujas metas/desempenho é acompanhado periodicamente pelo Escritório de Projetos da Secretaria Estadual de Planejamento (SEP) e pelo próprio Governador.

(NOTA: os valores apresentados representam somente a parcela de recursos investidos no ano de 2013.)

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

O resultado apresentado pela empresa no exercício de 2013, mantém a trajetória de sucessivos lucros da Companhia desde o exercício de 2003, demonstrando assim a melhoria nos processos de gestão financeira e contábil da Companhia, cujo conjunto coerente de decisões e ações vem garantindo a sustentabilidade de seu crescimento, demonstrando que o controle estadual, associado a uma gestão eficaz da empresa, é capaz de consolidar a união da responsabilidade social e rentabilidade do negócio.

Tal resultado proporciona a empresa uma posição de no cenário financeiro, com condições de contratação de empréstimos juntos as instituições competentes complementando, assim, a geração de recursos internos na expansão de seus serviços. Tal quadro confirma-se pelos investimentos programados, cujos recursos já estão assegurados junto à Caixa Econômica Federal e em fase de contratação com o Banco Mundial.

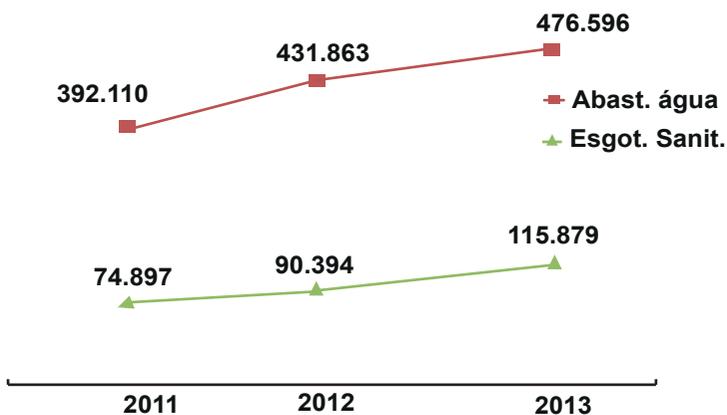
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2013

O Governo do Estado, acionista controlador da Companhia, entendendo a importância do serviço de saneamento básico para a população e para o meio ambiente, realizou um aporte de recursos como Aumento de Capital na ordem de R\$ 215 milhões no exercício de 2013. Com esse recurso a efetuou a quitação de alguns contratos de financiamento perante ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$ 56 milhões, Banco do Brasil R\$ 2,596 milhões e Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 5 milhões. No exercício de 2014 será realizado a quitação total do financiamento do BNDES, gerando aumento da liquidez e consequentemente abrindo margem de endividamento para contratação de novos financiamentos para realização de novos investimentos.

RECEITAS

A receita operacional bruta atingiu o patamar de R\$ 592,475 milhões, 13,45% mais do que os R\$ 522,257 milhões de 2012. A receita dos Serviços de Abastecimento de Água aumentaram 10,36% em relação ao exercício de 2012 enquanto as receitas do Serviço de Esgotamento Sanitário aumentaram 28,19% demonstrando que os investimentos em obras de esgotamento sanitário nos diversos municípios atua estão gerando resultados para a organização.

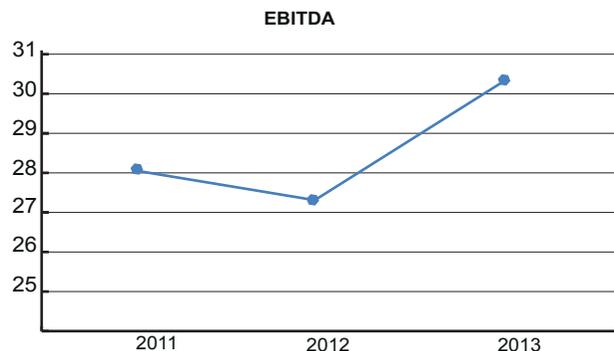
GRAFICO - RESULTADOS



Custos e Despesas

No exercício de 2013, os custos dos serviços prestados, as despesas administrativas e as despesas comerciais totalizaram R\$ 527 milhões, superior 13,21% aos valores registrados em 2012, que foram de R\$ 465 milhões.

Com isso, o EBITDA apresentou uma variação de 10,81% em relação a 2012, atingindo o montante R\$ 179,174 milhões e demonstra o empenho realizado pela Empresa para aumentar sua eficiência financeira, operacional e institucional.



DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A CESAN foi criada através da Lei nº 2.282/67 e regulamentada pelo Decreto nº 2.575/67. Sua última alteração foi a Lei nº 9.772/2011. Sua missão é "Prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores".

Além das medidas de controle de despesas e investimentos em obras prioritárias, a Empresa buscou ganhos de produtividade e aprimoramento de seus processos gerenciais. Por exemplo, a redução das perdas totais de água por ligação, que vêm caindo continuamente nos últimos três anos, e o aumento do número de ligações ativas por empregados (próprios e terceiros) no mesmo período. No tocante ao atendimento a clientes, visando à melhoria contínua da prestação dos serviços, a Empresa vem fazendo uso sistemático de atendimento telefônico via Call Center e presencial nos escritórios de atendimento, aprimorando seus procedimentos e suas estruturas físicas para redução do tempo de espera e de atendimento aos seus clientes.

QUALIDADE

A utilização de políticas de qualidade que conduzam a excelência de produtos e serviços é uma realidade na CESAN. Presente na sua visão de futuro, de "Ser excelência no setor de saneamento do Brasil", a Empresa mantém seu programa de Gestão pela Qualidade, dentro do **Modelo de Excelência de Gestão (MEG)**, baseado em 13 Fundamentos e 8 Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), traduzidos para o Setor de Saneamento pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES.

A utilização desses Programas de Qualidade que conduzem a busca da excelência dos serviços é uma realidade na Cesan desde 1999 em diversas unidades e desde 2011 de forma corporativa. Os resultados da implantação do MEG se refletem na conquista de Prêmios Estaduais (Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES) e Nacionais (Prêmio Nacional Qualidade em Saneamento - PNQS), onde já alcançamos troféus bronze, prata e ouro, no níveis I e II. Destacam-se os sistemas de São Gabriel da Palha e Santa Maria (Serra), em 1999, Conceição da Barra e Jucu (V. Velha) e Santa Teresa, em 2000, Mantemópolis o Pinheiros, em 2001, Venda Nova do Imigrante, em 2002, Afonso Cláudio e Pedro Canário, em 2003, Fundão, em 2004, Piúma e Montanha, em 2008, Gerência de Distribuição de Água e Gerência de Coleta e Tratamento de Esgoto, em 2010, 2011, 2012 e 2013 e a Cesan de forma corporativa, em 2011.

Outra forma de aperfeiçoar seus processos e as relações com os clientes, levou a Cesan, através de suas Unidades, buscarem certificações da Qualidade de acordo com rigorosos requisitos de normas internacionais, tendo conquistado a **certificação ISO 9001:2008** em 2006 com a Gerência de Pesquisa e Controle de Qualidade, os Escritórios de Atendimento ao Cliente da Região Metropolitana da Grande Vitória, em 2010 e o Centro de Controle Operacional, em 2011. Para este ano de 2014, estão previstos a certificação das Gerências de Recursos Humanos, de Logística (Licitação e Transporte), de Tecnologia da Informação e a do Comercial (faturamento e arrecadação).

A CESAN realiza também um controle de qualidade da forma sistemática da água, desde sua captação no manancial passando pelo sistema de tratamento (ETA's) até a chegada ao consumidor. Também monitora os esgotos no sistema de tratamento (ETE's) até o lançamento nos corpos receptores, a fim de avaliar o impacto no meio ambiente, garantir a conformidade dos sistemas com os padrões ambientais vigentes. O sucesso da gestão de uma empresa depende de uma série de fatores onde se busca as melhores práticas para gerar melhores resultados. **A inovação** é um dos caminhos que a Cesan percorre para conseguir um novo diferencial competitivo. A cultura da inovação na Cesan é um dos pilares para buscar a excelência da gestão, uma vez que o surgimento de novas ideias permite se diferenciar no mercado, através do desenvolvimento de novos projetos e práticas para melhoria dos processos.

Por isso, com o objetivo de "**Promover a melhoria contínua dos processos**" e "**valorizar a força de trabalho**" a Cesan desde 2007 promove anualmente o Encontro de Inovação onde seus empregados são incentivados a inscreverem trabalhos e reconhecidos através de premiações. Neste mesmo propósito, os empregados são incentivados a inscreverem suas ideias e trabalhos nos Prêmios ligados à Gestão e ao setor de saneamento, como Prêmio de Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo - Inoves, o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT), dentre outros.

"Ser excelência no setor de saneamento do Brasil" é o que norteia a Cesan em sua trajetória na busca pela qualidade.

RECURSOS HUMANOS

A Cesan possui em seu quadro de pessoal 1529 empregados, sendo 1153 lotados na Grande Vitória e 374 no interior do Estado. Nos últimos dois concursos realizados pela Companhia, em 2009 e 2011, foram realizadas 321 contratações. No Plano de Carreiras e Remuneração da Cesan, implantado em 2006, estão contidas diretrizes e políticas de gestão de pessoas, como estrutura de carreiras, promoções, avaliação de desempenho, movimentação interna, descritivo de funções e tabela salarial. O Plano passa atualmente por uma revisão, a fim de promover uma maior atração, retenção e desenvolvimento de pessoas, contribuindo para a valorização do empregado.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A empresa realiza ações de capacitação e desenvolvimento de seus empregados, estagiários, aprendizes e gestores, visando à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional. Essas ações envolvem a integração de novos profissionais à empresa, o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais, o incentivo à educação formal continuada e a capacitação necessária para implantação e manutenção de projetos institucionais. Todas essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

É mantido ainda diversos programas objetivando o bem estar de seus empregados que resultam em retenção de talentos, aumento de produtividade e qualidade dos serviços, dentre os quais destacamos: capacitação profissional, programa de apoio e orientação ao dependente químico, atendimento psicológico ao empregado e seus familiares, plano de assistência médica e odontológica, preparação para aposentadoria e readaptação funcional, entre outros.

A política de valorização dos empregados é reforçada pelos planos de complementação de aposentadoria administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - Faeces, criada pela CESAN em dezembro de 1994 e atualmente conta com 1.456 associados, sendo 840 ex-empregados ou pensionistas já estão recebendo benefícios previdenciários.

A construção do modelo voltado para processos e resultados com qualidade introduziu mudanças que atendam a demanda e a evolução organizacional, no sentido de oferecer mais eficiência e competitividade empresarial.

MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

A Cesan considera a necessidade de compatibilizar suas ações com a conservação do meio ambiente. Todas as atividades e serviços da Empresa devem estar em harmonia com o Meio Ambiente, visando a sua recuperação e conservação para as gerações futuras, dentro dos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

O inventário de emissões de gases do efeito estufa para avaliar os impactos das atividades da Cesan nas mudanças climáticas está em fase de elaboração, com os dados referentes ao ano de 2012. O último inventário feito pela Companhia foi em 2010, com dados de 2009. Para reduzir o impacto das emissões, a Cesan realizou, em 2013, licitação para contratar o plantio de árvores para compensar as emissões de gases do efeito estufa provenientes do transporte de empregados nos anos de 2010 e 2011. O plantio para compensar a emissão de gases de efeito estufa foi feito em agosto de 2013.

A Empresa concluiu a construção da Unidade Gerenciadora de Lodo (UGL), com investimento de R\$ 357,73 mil. Essa unidade permitirá à Empresa processar 2.400 toneladas por ano desse resíduo e transformá-lo em adubo para uso na agricultura. Esse investimento foi embasado em uma pesquisa de três anos, realizada pela Companhia, em convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), que comprovou a viabilidade econômica e técnica do uso do lodo de esgoto como adubo orgânico na agricultura. O estudo foi realizado em culturas de cana-de-açúcar, café, eucalipto, goiaba e abacaxi.

Para melhorar a destinação do lodo gerado nas Estações de Tratamento de Água (ETA) da Cesan, a Empresa construiu uma unidade modelo de processamento de lodo na ETA Caçaroca, no município de Vila Velha. Por ano são recolhidas 45,21 toneladas de lodo nessa unidade e destinadas para aterro sanitário.

A Cesan conta com uma divisão específica para desenvolvimento de ações de educação ambiental nas comunidades onde atua. Entre as atividades estão visitas às estações de tratamento, ações educativas em unidades de conservação, feiras ambientais, entre outras.

Para reduzir os impactos e transtornos causados por obras de implantação das redes de água e esgoto nas comunidades, a Cesan faz reuniões com os moradores desses locais para informar e sensibilizar. Os técnicos da empresa esclarecem sobre os empreendimentos, os prazos e a importância das obras de saneamento para a saúde e o meio ambiente. Os agentes da Cesan também trabalham os aspectos políticos e sociais da implantação de cobrança de tarifa pelos serviços. A Empresa desenvolve ainda Projetos de Trabalho Técnico Social como requisito para contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal. Os projetos abrangem o trabalho de comunicação social dos empreendimentos, envolvendo as comunidades da área de abrangência de implantação dos empreendimentos.

O Encontro de Lideranças Comunitárias da Grande Vitória, que está na sua quarta versão, reúne anualmente líderes de associações comunitárias, representantes de moradores, diretores e técnicos da Empresa para tratar de um tema específico. Em 2013, tratou-se do Programa de Gestão Integrada das Águas e Paisagem. Participaram 94 líderes comunitários, além de representantes da Cesan, da Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura Urbana do Espírito Santo (Arsi) e do Governo Estadual.

O programa Se liga na rede é uma iniciativa da Cesan para mobilizar a população a efetivar as ligações dos imóveis à rede pública coletora de esgoto implantada na Grande Vitória. Em cada comunidade onde o sistema está liberado, a Cesan faz encontros comunitários com as lideranças e vai de porta em porta explicar o custo-benefício da ligação, com o objetivo de estimular os moradores a tomarem a iniciativa de ligar. Estão disponibilizadas 80 mil ligações, e entre elas 30 mil ligações estão sendo realizadas gratuitamente pela companhia para moradores de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), ou que estejam cadastradas no CadÚnico do Governo Federal ou recebam Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou residam em bairros populares em que a renda da família seja de até R\$ 1.438,47 por pessoa. Os recursos para fazer essas ligações são provenientes da desoneração da conta do ICMS da energia gasta pela companhia, que foram liberados pelo Governo do Espírito Santo. Em 2012 e 2013, entre gratuitas e ligações feitas por conta própria, mais 54.524 domicílios foram ligados, o que significa mais 23.554.368 litros de esgoto tratados por dia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cesan realiza projetos e programas visando ao fortalecimento da Responsabilidade Social da organização. O Programa de Saneamento Rural (ProRural) elabora projetos e executa obras de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em localidades de pequeno porte. Os sistemas são implantados com recursos próprios da Companhia e do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as Prefeituras Municipais.

Também são concedidos descontos sobre as tarifas de água e esgoto para instituições filantrópicas e estabelecimentos hospitalares sem fins lucrativos ou que realizem atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O desconto nas tarifas é de 50% para entidades filantrópicas e pode chegar a 30% para hospitais. O valor mensal destinado para subvenção é limitado a 0,5% da receita operacional da Cesan. E ainda oferece a Tarifa Social como forma de ampliar o acesso da população de baixa renda ao saneamento, que recebe descontos de até 60% nas tarifas normais.

PERSPECTIVAS

A Empresa seguirá firme no propósito da universalização dos serviços, ampliando os níveis de atendimento com água tratada, coleta e tratamento de esgotos na região em que já atua e na busca por novas concessões e negócios. Atuará para manter a solidez financeira necessária à prestação de serviços de qualidade, que garantam a satisfação dos clientes com adequados níveis e estrutura de tarifas.

Continuará investindo na modernização da empresa, implementando novas tecnologias em gestão e processos, promovendo ações para minimizar perdas operacionais, investindo em programas de formação e capacitação de seus profissionais.

Pesquisas de opinião demonstram que a empresa está no caminho certo. De acordo com a última pesquisa anual de satisfação do cliente, 84,4% dos clientes aprovam os serviços prestados pela Empresa. Esse é um índice próximo da excelência para o setor de serviços públicos, segundo o Instituto Olhar, especializado em informações estratégicas, que aplicou a pesquisa em novembro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Iranilson Casado Pontes
Paulo Ruy Valim Carnelli
Samir Furtado Nemer
Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha
José Alves Paiva
Adailson Freire da Costa

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Ruy Valim Carnelli
DIRETOR PRESIDENTE
Sandra Sily
DIRETORA DE OPERAÇÃO METROPOLITANA
Carlos Fernando Martinelli
DIRETOR DE OPERAÇÃO DO INTERIOR
Anselmo Tozi
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE
Antonina Sily Vargas Zardo
DIRETORA DE RELAÇÃO COM O CLIENTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012		01/01/2012	Passivo	Nota	31/12/2013	31/12/2012		01/01/2012
			Reapresentado	Reapresentado					Reapresentado	Reapresentado	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	85.493	28.812	32.107	Fornecedores	13	38.992	39.109	37.299		
Créditos e contas a receber de usuários	5	101.267	85.135	76.757	Empréstimos e financiamentos	14	15.283	27.213	20.372		
Estoques de Materiais		3.997	3.043	3.279	Juros sobre capital próprio	24	42.975	43.774	18.987		
Impostos a recuperar	6	15.452	9.865	7.849	Participação de empregados	24	10.081	8.346	7.940		
Adiantamentos e Convênios	7	27.343	15.210	5.988	Contribuições para FAECES	19	5.127	5.827	4.606		
Total do ativo circulante		233.552	142.065	125.980	Impostos e contribuições a recolher	15	9.358	8.485	18.946		
					Salários e Encargos a pagar	16	25.346	16.985	14.235		
					Provisão para contingências	17	3.349	6.677	1.199		
					Outras contas a pagar		1.920	3.217	2.449		
					Total do passivo circulante		152.431	159.633	126.033		
Não circulante						Não circulante					
Créditos e contas a receber de usuários	5	3.674	3.673	4.775	Empréstimos e financiamentos	14	185.320	226.536	203.522		
Depósitos judiciais	17	38.039	32.631	26.445	Impostos e contribuições a pagar	18	732	1.499	46.702		
Impostos a Recuperar		-	-	187	Impostos diferidos	8	37.442	42.623	42.583		
Aplicações financeiras - Em garantia	9	2.212	7.443	8.263	Provisão para contingências	17	46.163	44.027	33.914		
Contratos de concessões indenizáveis	12	88.362	58.994	66.126	Contribuições para FAECES	19	15.848	20.877	26.864		
Investimentos		95	95	95	Créditos de acionistas	20	104.090	281.330	260.785		
Imobilizado	10	34.177	34.334	36.645	Plano de Aposentadoria	19	69.331	71.186	35.875		
Intangível	11	1.958.630	1.835.560	1.689.109	Subvenções para investimento	21	28.466	14.061	3.596		
Total do ativo não circulante		2.125.189	1.972.730	1.831.645	Outras contas a pagar		110	163	50		
					Total do passivo não circulante		487.502	702.302	653.891		
					Patrimônio líquido	24					
					Capital social		1.593.089	1.123.874	1027087		
					Ajuste de Avaliação Patrimonial		(69.331)	(71.186)	(35.875)		
					Reserva de lucros		78.349	79.126	61.229		
					Reserva de reavaliação		116.701	121.046	125.260		
					Total do patrimônio líquido		1.718.808	1.252.860	1.177.701		
					Total do passivo		639.933	861.935	779.924		
Total do Ativo		2.358.741	2.114.795	1.957.625	Total do passivo e patrimônio líquido		2.358.741	2.114.795	1.957.625		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012		Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	25	555.639	494.625	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		89.884	95.238
Custos dos serviços de abastecimento de água		(135.276)	(139.127)	Resultado financeiro	26	(4.927)	(2.483)
Custos dos serviços de esgoto		(74.086)	(62.897)	Resultado antes dos impostos		84.957	92.755
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto		(63.298)	(48.764)	Imposto de renda	30	(10.350)	(12.027)
Custo dos serviços prestados		(272.660)	(250.788)	Contribuição social	30	(3.860)	(4.460)
Lucro bruto		282.979	243.837			(14.210)	(16.487)
Despesas comerciais	27	(62.773)	(59.174)	Lucro Líquido do Exercício		70.747	76.268
Despesas administrativas	28	(117.285)	(114.897)	Lucro por ação		0,04	0,07
Participação dos empregados	24.5	(10.081)	(8.346)				
Resultados dos serviços de construção	12	1.035	4.964				
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas	29	(3.991)	28.854				
		(193.095)	(148.599)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
<i>(Em milhares de reais)</i>		Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	70.747	76.268
Plano de Aposentadoria	1.855	(35.311)
Resultado abrangente total	72.602	40.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Ajustes de Avaliação		Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
			Investimentos	Legal	Reavaliação	Patrimonial		
Saldo Reapresentado em 01 de Janeiro de 2012		1.027.087	47.652	13.577	125.260	(35.875)	-	1.177.701
Aumento de capital social		78.002						78.002
Absorção da reserva de investimentos		18.785	(18.785)					-
Lucro Líquido do Exercício							76.268	76.268
Realização da reserva de reavaliação					(4.214)		4.214	-
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal				3.813			(3.813)	
Constituição da reserva de investimento			32.869				(32.869)	
Juros sobre capital próprio							(43.800)	(43.800)
Plano de Aposentadoria - CPC 33						(35.311)		(35.311)
		1.123.874	61.736	17.390	121.046	(71.186)	(0)	1.252.860
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2012								
Saldo 01 de Janeiro de 2013		1.123.874	61.736	17.390	121.046	(71.186)	-	1.252.860
Aumento de capital social	24.2	436.346						436.346
Absorção da reserva de investimentos	24.2	32.869	(32.869)					-
Lucro líquido do exercício							70.747	70.747
Realização da reserva de reavaliação					(4.345)		4.345	-
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal	24.1			3.537			(3.537)	-
Constituição da reserva de investimento	24.4		28.555				(28.555)	-
Juros sobre capital próprio	24.3						(43.000)	(43.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial						1.855		1.855
		1.593.089	57.422	20.927	116.701	(69.331)	-	1.718.808
Saldo em 31 de dezembro de 2013								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de DEZEMBRO de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012		2013	2012
				<u>33.943</u>	<u>17.541</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
Lucro Líquido do Exercício	70.747	76.268	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ajustes do resultado do exercício			Aquisição de ativo intangível	(184.497)	(205.261)
Depreciação e amortização	76.253	72.770	Contratos de Concessões Indenizáveis	(29.368)	7.132
Impairment contas a receber de clientes	928		Recebimento de venda do imobilizado		<u>208</u>
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	652	991	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(213.865)</u>	<u>(197.921)</u>
Resultado na Alienação de imobilizado	4.425	2.430	Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Provisão Contingência	7.705	15.591	Obtenção empréstimo bancário	28.161	47.443
Participação dos empregados	10.081	8.346	Amortização empréstimo bancário	(88.583)	(18.579)
Resultado de Construção	(1.035)	(4.964)	Juros sobre Capital Próprio		(19.013)
Outras Receita não monetárias	<u>(8.475)</u>	<u>(9.323)</u>	Participação de empregados	(8.357)	(7.940)
	90.534	85.841	Crédito de acionistas	215.000	20.545
Redução (aumento) nos ativos:			Aumento Subvenções para investimentos	14.404	(461)
Contas a Receber de Clientes	(17.060)	(7.276)	Aplicação financeira em garantia	5.231	820
Estoque de material	(954)	236	Aumento de capital social		<u>78.002</u>
Despesas antecipadas	39	(834)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>165.856</u>	<u>100.817</u>
Impostos a recuperar	(5.587)	(1.829)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>56.681</u>	<u>(3.295)</u>
Depósitos judiciais	(5.408)	(6.185)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.812	32.107
Outros	<u>(12.172)</u>	<u>(8.389)</u>	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>85.493</u>	<u>28.812</u>
	(41.142)	(24.277)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>56.681</u>	<u>(3.295)</u>
Aumento (redução) nos passivos:					
Fornecedores	(117)	1.810			
Salários, férias e encargos sociais	8.373	2.750			
Impostos e contribuições	(5.075)	(55.664)			
Contribuições à FAECES	(7.584)	(4.766)			
Provisão Contingência	(8.896)	10.926			
Outros	<u>(2.150)</u>	<u>921</u>			
	(15.449)	(44.023)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012		2013	2012
Geração do valor adicionado			Valor adicionado recebido em transferência		
Receita Líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto	592.475	494.625	Dividendos de investimentos avaliados ao custo	8	34
PIS/COFINS		<u>27.632</u>	Receitas financeiras e variações monetárias ativas	19.780	11.822
Receita Bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto	592.475	522.257	Aluguéis	220	108
Outras receitas	2.973	15.626		<u>20.008</u>	<u>11.964</u>
Provisões diversas	(2.070)	28.038	Valor adicionado total a distribuir	<u>341.210</u>	<u>310.601</u>
Resultados não operacionais	<u>(4.086)</u>	<u>(2.518)</u>			
	589.292	563.403	Distribuição do valor adicionado		
Geração do valor adicionado			Empregados		
Materiais consumidos	(15.732)	(16.525)	Salários e encargos	107.650	118.970
Serviços consumidos e outros custos	(127.353)	(122.517)	Participação dos empregados nos lucros	10.081	8.346
Energia e outras despesas operacionais	<u>(48.752)</u>	<u>(52.954)</u>	Planos de aposentadoria e pensão	4.003	3.674
	(191.837)	(191.996)	Assistência médica e odontológica	6.907	6.453
Retenções				<u>128.641</u>	<u>137.443</u>
Depreciação e amortização	<u>(76.253)</u>	<u>(72.770)</u>	Governo	89.411	48.097
	(76.253)	(72.770)	Financiadores	52.411	48.793
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>321.202</u>	<u>298.637</u>	Acionistas	43.000	43.800
			Lucros retidos	<u>27.747</u>	<u>32.468</u>
				<u>341.210</u>	<u>310.601</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

A Companhia é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

Com aprovação da Lei 9.772, em dezembro de 2011, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a Companhia foi autorizada a atuar também no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 843.194 economias em abastecimento de água (822.100 em 2012) e 342.225 economias em esgotamento sanitário (306.004 em 2012), totalizando 1.185.419 economias (1.128.104 no exercício de 2012). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término
	Nº de Economias		Nº de Economias		Concessão
	2013	2012	2013	2012	
Vila Velha	166.484	161.803	57.372	43.526	07/03/2055
Serra	151.851	146.501	72.751	66.904	07/03/2055
Vitória	141.941	139.793	91.025	84.860	07/03/2055
Cariacica	114.786	112.887	32.765	28.479	07/03/2055
Guarapari	60.504	58.949	30.239	27.115	07/03/2055
Viana	17.931	17.542	7.084	6.525	07/03/2055
Piuma	12.169	11.940	6.888	6.521	10/10/2022
Nova Venécia	12.012	11.509	0	0	20/07/2039
Castelo	10.430	10.109	8.705	8.435	18/07/2022
Barra de São Francisco	10.285	10.035	2.756	2.703	03/07/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2 - Base de preparação

(a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 19.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- 05 – Créditos e contas a receber de usuários
- 10 – Imobilizado
- 11 – Intangível
- 12 – Contrato de concessões indenizáveis
- 17 – Provisões para Contingências
- 19 – Contribuições para FAECES (Benefícios pós-emprego)

(d) Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) / IAS 19 (2011) Benefícios a Empregados

A Companhia reconheceu de forma retrospectiva a mudança de prática contábil decorrente da revisão da IAS 19, correlato com a CPC 33 (R1) – Benefício Pós Emprego, que eliminou o reconhecimento do diferimento de ganhos (perdas) atuariais (método corredor), que gerou o reconhecimento de um passivo em contrapartida de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

Balanco Patrimonial em 01/01/2012

Ativo	Saldos		Saldos
	Divulgados	Ajustes	
Circulante	125.980	-	125.980
Não Circulante	1.831.645	-	1.831.645
Total do Ativo	1.957.625	-	1.957.625
Passivo			
Circulante	126.033	-	126.033
Não Circulante	618.016	35.875	653.891
Obrigações de benefício pós emprego	-	35.875	35.875
Demais contas não circulante	618.016	-	618.016
Patrimônio Líquido	1.213.576	(35.875)	1.177.701
Total do Passivo	1.957.625	-	1.957.625

Balanco Patrimonial em 31/12/2012

Ativo	Saldos		Saldos
	Divulgados	Ajustes	
Circulante	146.121	-	146.121
Não Circulante	1.972.730	-	1.972.730
Total do Ativo	2.118.851	-	2.118.851
Passivo			
Circulante	159.633	-	159.633
Não Circulante	631.116	71.186	702.302
Obrigações de benefício pós emprego	-	71.186	71.186
Demais contas não circulante	631.116	-	631.116
Patrimônio Líquido	1.324.046	(71.186)	1.252.860
Total do Passivo	2.114.795	-	2.114.795

Demonstrações de Resultados Abrangentes em 31/12/2012

Lucro líquido	Saldos		Saldos
	Divulgados	Ajustes	
Obrigações de benefício pós emprego	-	(35.311)	(35.311)
Lucro abrangente	76.268	(35.311)	40.957

(e) Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2013 a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

2013

Juros sobre Capital Próprio (Nota 24.3)	43.628
Crédito de Acionistas (Nota 20)	112.240
Aumento de Capital Social (Nota 24.2)	242.716
Financiamentos leasing (Nota 14)	7.276

3 - Principais políticas contábeis

Exceto pelas mudanças explicadas na nota explicativa 2.d, a Companhia aplicou políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

(b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

i - Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos a receber, contratos de concessão indenizáveis, e créditos de acionistas.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos mantidos até o vencimento pela Companhia compreendem aplicações financeiras em garantia pelos empréstimos e financiamentos contraídos junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Passivos financeiros

(i) Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Passivos financeiro não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(c) Contas a receber

i. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$5 são consideradas perdidas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

ii. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

(d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(e) Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

(f) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei 11.445/2007- Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os terrenos são depreciados no prazo das concessões.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(g) Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	Anos
Edificações e Estruturas	25
Móveis e utensílios	10
Veículos e equipamentos de transporte	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos - Laboratório	10
Computadores e periféricos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

(h) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquelos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta dias).

(j) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

i. Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP – Programa de Integração Social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer Consultivo nº 80/1985/SEFAZ-ES, ratificado pelo Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

(m) Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

iii. Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

iv. Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados na rubrica participação de empregados, no passivo circulante, e participação dos empregados, no resultado.

(n) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para investimentos nos sistemas de água e esgoto sanitários em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da depreciação.

A Companhia recebe ainda recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, conforme Decreto Estadual nº 2.826-R de 11/08/2011, condicionado o benefício a que:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

O valor correspondente à isenção do imposto seja aplicado nos seguintes projetos:

i. Projeto de adesão aos sistemas de esgotamento sanitário operados pela Companhia, na busca da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, em consonância com o Plano de Governo 2011-2014, Eixo Estratégico Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana;

ii. Projeto de utilização de energias renováveis, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos; e

iii. Projeto de uso racional da água, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos, ensaios e implantação das ações.

Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(o) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

i. Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

ii. Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(q) Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

(r) Contratos de concessão

A Companhia está desenvolvendo várias ações para renovação dos Contratos de Concessões e

elaboração dos Planos Municipais de Saneamento em parceria com os Municípios que detêm a concessão. O prazo médio de validade dos contratos é de 30 anos. De um total de 52 concessões, 05 contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 01 contrato vence em 2014, 03 contratos foram renovados tendo seu vencimento após 2039 e, 43 vencem entre 2015 e 2055 e estão em fase de renovação de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pela Lei 11445/2007 – Marco Regulatório. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2013, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI-ES e é revisito anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

(s) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

(t) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

(u) Meio Ambiente

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são ativados.

(v) Novas Normas e Interpretações não adotadas

Uma série de novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

IFRS 21 – Taxas Governamentais

A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As alterações no IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. A administração acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

	2013	2012
Caixa	65	78
Bancos - conta movimento	3.069	4.667
Aplicações financeiras curto prazo - Equivalentes de caixa	82.359	24.067
Total	85.493	28.812

	2013	2012
Aplicações Financeiras		
Banestes	33.822	14.887
Banco do Brasil	10.118	-
Caixa Econômica Federal	38.419	9.180
Total	82.359	24.067

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do fundo DI (98,5% e 99% em 2012).

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

5 Créditos e contas a receber de usuários

	2013			2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários	94.833	3.674	98.507	78.078	3.673	81.751
Valores a receber de Parte relacionada	4	-	4	190	-	190
Consumo não faturado	26.121	-	26.121	22.893	-	22.893
Total Contas a Receber	120.958	3.674	124.632	101.161	3.673	104.834
Arrecadação a discriminar (-) Provisão para créditos de aquisição duvidosa	(2.187)	-	(2.187)	(514)	-	(514)
	(17.504)	-	(17.504)	(15.512)	-	(15.512)
	(19.691)	-	(19.691)	(16.026)	-	(16.026)
	101.267	3.674	104.941	85.135	3.673	88.808

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2013	2012
Valores a Faturar	26.121	22.893
Valores faturados		
A vencer (circulante + não circulante)	52.655	31.168
Vencidos até 30 dias	5.460	14.489
Vencidos de 31 a 60 dias	8.414	6.523
Vencidos de 61 a 90 dias	5.436	4.217
Vencidos de 91 a 120 dias	4.185	3.830
Vencidos de 121 a 150 dias	3.732	3.366
Vencidos de 151 a 180 dias	3.450	2.963
Vencidos acima de 180 dias	7.580	6.864
	<u>117.033</u>	<u>96.313</u>
Parcelamentos a vencer	7.599	8.521
Total	124.632	104.834

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu o montante de 33.958 (30.997 em 31/12/2012) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado do exercício.

	2013	2012
Em 1º de janeiro	(15.512)	(15.809)
Provisão para perdas de contas a receber	(35.950)	(30.700)
Reversão de provisão - Contas a receber baixados	33.958	30.997
Em 31 de dezembro	(17.504)	(15.512)

A exposição da Companhia a riscos de crédito esta divulgada na nota explicativa 22.

5.1 Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	2013	2012
Secretaria Estadual da Justiça	-	176
Secretaria Estadual de Assistência ao Trabalho e Direitos Humanos	-	1
Secretaria de Estado da Saude	3	11
Departamento de Estrada e Rodagem	-	2
Tribunal de Justiça	1	-
Total	4	190

6 Impostos a recuperar

6.1 Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2013	2012
Imposto de renda antecipado (a)	9.586	4.795
Contribuição Social antecipada (a)	2.693	1.708
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	1.385	1.298
PASEP Lei nº 9.430/96	571	536
Contribuições previdenciárias	1.217	1.528
Total	15.452	9.865

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 30.

7 Adiantamentos e convênios

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	2013	2012
Adiantamento a Fornecedores	115	943
Adiantamento a empregados	4.501	4.540
Creditos de Órgãos Públicos	290	198
Convênio Prefeitura Vila Velha (a)	2.703	2.703
Convênio Prefeitura Vitória (b)	7.404	6.663
Convênio Prefeitura Agua Branca (c)	750	-
Gov do Estado-Convênio ICMS (d)	11.475	-
Outros Convênios	105	163
	<u>27.343</u>	<u>15.210</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

a) Prefeitura de Vila Velha – A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor 3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2013 foi repassado ao município valor de 2.703.

b) Prefeitura de Vitória – A Companhia firmou o Convênio nº 244/2011 com o município de Vitória para execução de obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e adjacências no valor de 7.404, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia.

c) Prefeitura de Águia Branca – A Companhia firmou o Convênio nº 147/2011 com o município de Águia Branca para obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede do município no valor de 750, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da Companhia.

d) Governo do Estado Convênio ICMS – Valor referente a créditos da Companhia oriundos da isenção de ICMS nas contas de energia elétrica conforme Decreto Estadual nº 2826-R de 11/08/11 que serão apropriados a medida que ocorrem os gastos com os programas que estão sendo desenvolvidos na Companhia com o referido recurso.

8 Impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante correspondem ao saldo de ajustes temporários incidentes sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social, bem como de efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008 e de novos pronunciamentos contábeis até o presente exercício.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
						Reclassificado
Contas de clientes - PCLD	12.898	11.970	-	-	12.898	11.970
Contingências Trabalhistas e Cíveis	30.204	32.389	-	-	30.204	32.389
Atualiz. Processos INSS	18.723	18.314	-	-	18.723	18.314
Reserva de reavaliação	-	-	(176.820)	(183.401)	(176.820)	(183.401)
Ajustes de RTT	4.632	(6.531)	-	-	4.632	(6.531)
Estudo atuarial Faeces	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária	66.789	56.474	(176.820)	(183.401)	(110.031)	(126.927)
Impostos diferidos - diferença temporária	22.708	19.202	(60.150)	(62.314)	(37.442)	(43.112)
Base negativa de CSLL	-	5.437	-	-	-	5.437
Impostos diferidos - base negativa	-	489	-	-	-	489
Impostos ativos (passivos)	19.695	19.691	(60.150)	(62.314)	(37.442)	(42.623)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido na apuração do tributo	Reconhecido na movimentação do Patrimônio Líquido	Saldo em 31/12/2013
Reserva de reavaliação	(62.314)	-	2.164	(60.150)
Diferenças temporárias	19.202	3.506	-	22.708
Base negativa de CSLL	489	(489)	-	-
Total	(42.623)	3.017	2.164	(37.442)

9 Aplicações financeiras - em garantia

Investimentos mantidos até o vencimento, que compreendem aplicações financeiras em garantia pelos empréstimos e financiamentos contraiados junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Aplicações Financeiras	2013	2012
Banestes		
BNDES Garantia (a)	2.212	5.160
	2.212	5.160
Banco do Brasil		
Garantia DMLP (b)	-	1.561
	-	1.561
Caixa Econômica Federal		
Garantia CEF(c)	-	722
	-	722
Total	2.212	7.443

(a) Valor correspondente à garantia ao Contrato de Financiamento com o BNDES em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

(b) Considerando que a Companhia quitou a dívida com o Banco do Brasil em outubro de 2013, foi extinta a obrigação de manter a conta garantia, sendo o saldo remanescente transferido para Aplicações Financeiras no Curto Prazo.

(c) A Companhia quitou os contratos com a Caixa Econômica Federal que exigiam a obrigação de manter a conta garantia, sendo o saldo resgatado.

10 Imobilizado

10.1 Composição dos saldos

	Taxas anuais de depreciação %	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Terrenos		3.843	-	3.843	3.768
Edificações e estruturas	4	19.882	(6.961)	12.921	12.647
Móveis e utensílios	10	6.855	(3.780)	3.075	3.072
Veículos Equip. Transportes	20	15.648	(12.310)	3.338	4.958
Máquinas e Equipamentos	10	8.638	(4.583)	4.055	3.803
Equipamentos - laboratório	10	623	(525)	98	152
Computadores e periféricos	20	18.040	(11.193)	6.847	5.934
Total		73.529	(39.352)	34.177	34.334

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de 5.155 (6.420 em 31 de dezembro de 2012) como despesa administrativa.

10.2 Movimentação

	2012		2013		Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Saldo em 31/12/2012	Adições	
Terrenos	3.740	28	3.768	75	3.843
Edificações e estruturas	18.774	70	18.844	1.039	19.883
Móveis e utensílios	5.874	439	6.312	547	6.858
Veículos Equip. Transportes	12.931	2.796	15.718	6	15.644
Máquinas e Equipamentos	7.285	485	7.767	872	8.639
Equipamentos - laboratório	622	-	622	1	623
Computadores e periféricos	15.196	304	15.500	3.597	18.039
Subtotal	64.422	4.122	68.531	6.137	73.529
Depreciação acumulada	(27.777)	(6.433)	(34.197)	(6.293)	(39.352)
Total	36.645	(2.311)	34.334	(156)	34.177

11 - Intangível

11.1 Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

	2013		2012	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da Concessão	2.033.417	(641.947)	1.391.470	1.421.084
Intangível em andamento	559.961	-	559.961	407.044
Softwares	28.504	(21.305)	7.199	7.432
Total	2.621.882	(663.252)	1.958.630	1.835.560

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2013 refere-se à obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de 149.817; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de 289.881; materiais em estoque para aplicação nas obras 29.020 e 86.265 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia. Durante o exercício de 2013 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de 9.228 (13.521 no exercício 2012).

(a) o apropriada ao resultado em 31 de dezembro de 2013 foi de 71.098 (66.416 em 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos.

As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b.

Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;

As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;

O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

As projeções de despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;

A taxa de desconto utilizada para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56. A taxa WACC utilizada em 2013 foi de 9,20%.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/07, a Companhia elaborou estudos verificando que durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações significativas nas taxas de depreciação e amortização que a levasse a realizar nova avaliação de vida útil de seus ativos.

11.2 Movimentação

Intangível	2012					Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão Líquidos	969.122	27.956	(2.665)	483.446	(56.775)	1.421.084
Intangível em andamento	708.592	203.322	-	(504.870)	-	407.044
Softwares	11.395	1.092	-	-	(5.055)	7.432
	<u>1.689.109</u>	<u>232.370</u>	<u>(2.665)</u>	<u>(21.424)</u>	<u>(61.830)</u>	<u>1.835.560</u>

Intangível	2013					Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão Líquidos	1.421.084	2.805	(49.977)	83.367	(65.809)	1.391.470
Intangível em andamento	407.044	240.975	-	(88.058)	-	559.961
Softwares	7.432	91	-	4.965	(5.289)	7.199
	<u>1.835.560</u>	<u>243.871</u>	<u>(49.977)</u>	<u>274</u>	<u>(71.098)</u>	<u>1.958.630</u>

12 Contrato de concessões indenizáveis

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, 88.362 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (58.994 em 31 de dezembro de 2012). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A Companhia realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados abaixo:

	2013	2012
Receitas de Construção	7.304	35.032
Custos de Construção	<u>(6.269)</u>	<u>(30.068)</u>
	<u>1.035</u>	<u>4.964</u>

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

13 - Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	2013	2012
Fornecedores de materiais	2.244	6.439
Fornecedores de serviços	<u>36.748</u>	<u>32.670</u>
Total	<u>38.992</u>	<u>39.109</u>

14 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	31.12.2013			31.12.2012		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
BNDES – Águas Limpas (c)	1.421	10.779	12.200	6.094	62.892	68.986
CEF - Águas Limpas (a)	9.544	143.177	152.721	15.971	126.749	142.720
	<u>10.965</u>	<u>153.956</u>	<u>164.921</u>	<u>22.065</u>	<u>189.641</u>	<u>211.706</u>
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b)	-	-	-	1077	7.441	8.518
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1077</u>	<u>7.441</u>	<u>8.518</u>
Debêntures não convencíveis (d)	1.739	27.014	28.753	1.594	28.068	29.662
Leasing (e)	2.579	4.350	6.929	2.477	1.386	3.863
	<u>4.318</u>	<u>31.364</u>	<u>35.682</u>	<u>4.071</u>	<u>29.454</u>	<u>33.525</u>
Total	<u>15.283</u>	<u>185.320</u>	<u>200.603</u>	<u>27.213</u>	<u>226.536</u>	<u>253.749</u>

Neste exercício ocorreu uma redução significativa dos financiamentos da Companhia em virtude do aporte de Capital pelo Governo do Estado através do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável (PROEDES), fazendo com que a Companhia quitasse alguns contratos junto aos Agentes Financeiros: BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

	2012	Adição	Amortização	2013
BNDES	68.986	4.881	(61.667)	12.200
CEF	142.720	23.280	(13.279)	152.721
Banco do Brasil	8.518	-	(8.518)	-
Debentures	29.662	-	(909)	28.753
Leasing	3.863	7.276	(4.210)	6.929
	<u>253.749</u>	<u>35.437</u>	<u>(88.583)</u>	<u>200.603</u>

(a) **Caixa Econômica Federal** – formado por 46 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2035. As taxas de juros dos contratos variam de 5,00% à 9,50% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

Garantias

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

“O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei 11.107, de 6 de Abril de 2005.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de 03 (três) vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora.”

(b) Banco do Brasil - DMLP: A Companhia efetuou em outubro de 2013 a quitação total da dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional.

(c) BNDES – Formado por 02 contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizados para implantação e ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. A taxa de juros destes contratos é de 6,81% a.a., tendo como indexador a TJLP. O prazo final para pagamento é o ano de 2022.

Garantias

Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto ao Banco Banestes, na vigência dos contratos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/12/2013 é de 2.212 (5.160 em 31/12/2012) sob vinculação de receita, que está classificado como ativo financeiro mantido até o vencimento, sendo que o valor deve ser corrigido anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

(d) Debêntures

Através da Assembleia de Acionistas do dia 14 de janeiro de 2010, ficou aprovada a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, sendo emitidas 1.000 (mil) debêntures perfazendo um total de 44.000.000 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries da seguinte forma: A primeira série foi emitida integralmente em 26/07/2010 (280 debêntures). A segunda série foi emitida em 26/07/2010 (23 debêntures), 27/01/2011 (125 debêntures), 03/10/2011 (55 debêntures), 27/06/2012 (97 debêntures). A terceira série está autorizada, mas até 31/12/2013 não foi emitida, sendo que a Companhia solicitou ao BNDES a prorrogação do prazo para esta emissão.

Primeira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Quantidade: 280 debentures
 Data de emissão: 26/07/2010
 Prazo 121 meses
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor - R\$12.320

Segunda série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 11 anos
 Carência do principal 48 meses
 Amortização 7 anos
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração IPCA + 2,34% a.a.
 Valor - R\$13.200

Terceira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010
 Prazo 10 anos (121 meses)
 Carência do principal 36 meses
 Amortização 85 meses
 Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020
 Remuneração TJLP + 2,34% a.a.
 Valor - R\$18.480

Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto ao Banco Banestes, como forma de garantia para as emissões, uma conta reserva, sob vinculação de receita cedida, que está classificada como ativo financeiro mantido até o vencimento, não sendo inferior ao valor mínimo de R\$3.500. Esse valor deverá ser corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da Companhia:

Sistema integrado de Gestão Corporativa ERP
 Controle e redução de Perdas
 Instalação e substituição de hidrômetros
 Instalação de nova sala-cofre
 Realização de estudos e projetos
 Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Garantias:

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

d) BANESTES – Em dezembro de 2013, existem 02 contratos de leasing junto ao Banco do Estado do Espírito Santo para aquisição de veículos e computadores com as seguintes características:

- Contrato nº 72/2012 com correção de 1,45% a.m., com vencimento em Abril/2015;
- Contrato nº 268/2013 com vencimento em Novembro/2016 com correção de 1,30% a.m.

Em dezembro de 2013, a Companhia recebeu recursos do Governo do Estado do Espírito Santo no valor de 65.000 que serão utilizados para a quitação do empréstimo do PAC 1 e Debentures perante ao BNDES, o que ocorrerá no exercício de 2014.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$40.953 em 31 de dezembro de 2013 (R\$98.648 em 2012). De acordo com os termos dos contratos, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 20 anos. Contudo, o contrato com o BNDES contém covenants que estabelecem garantias de 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes. A Companhia efetuou a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação tarifária no montante mensal de R\$3.500. As cláusulas quantitativas estão relacionadas à manutenção durante a vigência das debêntures de cobertura de serviço da dívida igual ou superior a 2,25 até 2012, inclusive, e igual ou superior a 1,75 a partir de 2013; dívida líquida / ebitda igual a 3,5; (investimentos – ajustes) / Receita operacional líquida igual ou inferior a 25% a partir de 2011, inclusive, e margem ebitda igual ou superior a 30%.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia se encontra adimplente em relação à quebra de cláusulas contratuais.

15 - Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2013	31.12.2012
ISS Retido na Fonte	1.885	1.021
Contribuição social	433	54
Imposto de Renda	1.064	-
Contribuições retidas na fonte	-	246
PIS	341	372
COFINS	1.572	1.673
INSS Retido na Fonte	1.552	2.245
INSS - PAES	300	-
Tributos Parcelados- REFIS	314	-
FGTS	-	769
Salário-educação	-	373
Outras retenções e contribuições	308	477
Imposto de renda Retido na Fonte	1.589	1.255
Total	9.358	8.485

16 - Salários e encargos a pagar

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

	31.12.2013	31.12.2012
Salários a pagar	3	10
Pensionistas a pagar	11	15
INSS a pagar	8.191	6.227
FGTS a pagar	2.244	2.089
Ses i/Senai a pagar	124	91
Consignações a pagar	851	-
Férias a pagar	10.127	8.524
Licença Prêmio	3.795	-
13º Salário a pagar	-	29
Total	25.346	16.985

17 - Provisão para contingências e depósitos judiciais

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A Companhia mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos. As provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2013	2012	2013	2012
Cível (a)	7.403	5.165	205	1.471
Trabalhista (b)	23.277	21.377	30.584	30.919
Tributário (c)	7.359	6.089	18.723	18.314
Total	38.039	32.631	49.512	50.704
Circulante	-	-	3.349	6.677
Não circulante	38.039	32.631	46.163	44.027

A movimentação das provisões para contingências ocorridas no período estão demonstradas abaixo:

	Circulante			
	2012	Adições	Baixas	2013
Trabalhista (a)	5.960	-	(2.816)	3.144
Cível (b)	717	-	(556)	161
Total	6.677	-	(3.372)	3.305
Não circulante				
Trabalhista (a)	24.241	3.199	-	27.440
Cível (b)	1.471	44	(1.471)	44
Fiscal (c)	18.315	408	-	18.723
Total	44.027	3.651	(1.471)	46.207
Trabalhista (a)	30.201	3.199	(2.816)	30.584
Cível (b)	2.188	44	(2.027)	205
Fiscal (c)	18.315	408	-	18.723
Total	50.704	3.651	(4.843)	49.512

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

(b) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.

(c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem a possibilidade de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	2013	2012
Cível (a)	514	578
Trabalhista (b)	17.417	16.240
Tributária (c)	3.864	10.161
Ambiental (d)	1.732	-
Total	21.795	26.979

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

(a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.

(b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

(c) Os processos tributários referem-se execuções fiscais movidas pelo INSS questionando possíveis créditos tributários relacionado a autuações que a Companhia vem contestando judicialmente.

(d) Os processos ambientais referem-se autuações recebidas de órgãos fiscalizadores de Meio Ambiente nas esferas federais, estaduais e municipais, sendo que a Companhia vem contestando tais autuações via administrativa e judicial.

18 - Impostos e contribuições a pagar – não circulante

	2013	2012
INSS - PAES	-	453
PIS/COFINS - REFIS	732	1.046
Total	732	1.499

19 - Contribuições para FAECES (Benefícios pós-emprego)

1 Contribuições para FAECES (Benefícios pós-emprego)

A Companhia patrocina dois planos de previdência complementar para seus empregados, sendo um plano de benefício definido e outro de contribuição variável, administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, entidade fechada de previdência complementar.

1.1 Plano de Benefício Definido

É um plano em que o participante tem seu benefício conhecido ou definido no momento de sua adesão ao plano previdenciário. Neste tipo de plano, as contribuições são determinadas anualmente, para que possa garantir a cobertura do benefício. Nesse plano a obrigação empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de perdas nos investimentos, recaem tanto no patrocinador como nos participantes do plano. Se a experiência atuarial ou os resultados dos investimentos forem piores que o esperado, a obrigação da empregadora e de participantes do plano pode ser aumentada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1.1.1 Plano de custeio

- Contribuição mensal e joia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

1.1.2 Benefícios

Plano instituído em 25.04.1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei Complementar nº 108 e 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e Autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

(a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo e quinquênio.

(b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

(c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

• Carências (Aposentadoria Programada)

- Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- Tempo mínimo de empresa: 10 anos (fundadores);
- Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).

Carência (Aposentadoria por invalidez)

- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

• Da Suplementação de Aposentadoria

- A suplementação de aposentadoria corresponderá à diferença entre o SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e não poderá ser inferior a 15% do SRB.

• Da Suplementação de Pensão

- Por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.
- Por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

• Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

• Do Reajuste

As suplementações são reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

1.2 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios sejam inferiores aos esperados) e o risco de perdas nos investimentos (que os ativos investidos sejam insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado participante.

1.2.1 Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar
- Contribuições mensais dos participantes e patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:

- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, que corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% (um por cento), efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;

- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;

- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;

- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;

- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.

- Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% (sete por cento) do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;

- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;

- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

(a) Término do vínculo por qualquer razão;

(b) Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;

(c) Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

1.2.2 Benefícios

Plano instituído em 23/11/2005, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Renda de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O Regulamento garante ainda o direito aos institutos de Autopatrocínio, Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido e Resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável no caso de pagamento de benefício de aposentadoria.

(a) Salário-de-participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

b) Salário real de benefício

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

(c) Unidade mínima FAECES

Valor correspondente a 422,75 (quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) em 31.12.2013, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC - IBGE.

(d) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:

- o Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
- o Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
- o Tenha atingido a idade mínima:

- Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- Aposentadoria Antecipada: 50 (cinquenta) anos de idade.

- Carência (Aposentadoria por invalidez)

- o Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.
- o Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.

- Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

- Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- o O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do Requerimento em renda mensal vitalícia;
- o A diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- o 10% do salário-real-de-benefício.

- Da Renda de Pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- o O resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- o a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- o 10% do salário-real-de-benefício.

- Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria

- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo participante falecido na data da sua aposentadoria.

- no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

- Do Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia e no caso de participante 5 (cinco) vezes o valor que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

- Do Reajuste

As suplementações são reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

1.3 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

1.3.1 Hipóteses econômicas e financeiras

1.3.1.1 Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 5,75% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 6% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: 5,75 % a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: nulo;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo;

1.3.1.2 Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-bases de reajuste.

Fator de capacidade	2013	2012
Capacidade Salarial	98%	Não adotado
Capacidade do benefício	98%	Não adotado

1.3.2 Hipóteses biométricas e demográficas

1.3.2.1 Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

Biométrica	2013	2012
Mortalidade Geral	AT 2000 (Suavizada 10%)	AT 83 (Segregada por sexo)

- a) Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- b) Mortalidade de Inválidos: IAPB 55 Forte.

1.3.2.2 Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: 0,0%;
- b) Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

1.3.3 Outras hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
- c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotada a composição familiar real.

1.4 Política contábil adotada pela companhia no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A Companhia adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33 (R1), para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa. A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano será reconhecida, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Com base em parecer de atuário independente, seguem as informações requeridas de acordo com o CPC 33 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

Plano Básico		
Exercício fiscal findo em:	31/12/2013	31/12/2012
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor das obrigações no início do ano	318.018	261.477
Custo do serviço corrente	9.907	2.428
Juros sobre a obrigação atuarial	25.942	27.512
Benefícios pagos no ano	(15.969)	(13.078)
(Ganho)/perda atuarial	(25.762)	39.679
Valor das obrigações no final do ano	312.136	318.018
B. Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	218.291	191.072
Rendimento esperado no ano	17.807	23.950
Contribuições de patrocinadoras	2.691	10.993
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	1.740	-
Benefícios pagos no ano	(15.959)	(13.078)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(2.752)	5.354
Valor justo dos ativos no final do ano	221.818	218.291
C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	312.136	318.018
Valor justo dos ativos do plano	(221.818)	(218.291)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	90.318	99.727
Passivo/(Ativo) líquido	90.318	99.727
D. Componentes da despesa / (receita) do plano		
Custo do serviço corrente	9.907	2.428
Juros sobre as obrigações atuariais	25.942	27.512
Rendimento esperado dos ativos do plano	(17.807)	(23.950)
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais líquidos (incluindo parágrafo 58 (a))	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	18.042	5.990

E. Resumo dos Dados Cadastrais

Participantes Ativos		
Quantitativo	531	582
Salário Médio	4.909	4.496
Idade Média	53,4	52,29
Tempo médio de serviço	29,1	27,84
Aposentados		
Quantitativo	683	658
Idade Média	65,8	64,79
Benefício médio	1.627	1.425
Pensões		
Quantitativo	148	134
Idade Média	61,5	62,2
Benefício médio	627	536

1. Componentes da despesa/ (Receita) do plano projetada para próximos anos

Custo do serviço corrente bruto	3.286	9.896
Juros sobre obrigação atuarial	38.175	25.942
Contribuições de participantes	(2.324)	-
Rendimento esperado dos ativos	(26.375)	(17.807)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	12.762	18.031

2. Hipóteses usadas para determinar a despesa / (Receita) do plano

Taxa de juros nominal:		8,16%
Projeção salarial (ao ano):	0,50%	0,50%
Inflação (ao ano):	5,80%	4,50%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,10%	100,00%

CPC 33 (R1) – IAS19 – Benefício Pós Emprego – Com a eliminação do enfoque Corredor a partir da alteração da CPC 33 ocorrida no exercício de 2012 a Companhia apurou uma perda atuarial de 71.186 em 31/12/2012, todavia a obrigatoriedade do reconhecimento desta perda deveria se dar a partir do exercício de 2013. Para o exercício findo em 31/12/2013 foi realizado novo cálculo atuarial através de Atuarial Independente, onde foi apurado o valor a ser reconhecido neste exercício de R\$69.331.

1.5 Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução entre a Companhia e a FAECES, no qual é confessada a dívida de 51.394 que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a Companhia obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

O quadro abaixo demonstra a posição da dívida Companhia junto à FAECES.

	2013	2012
Passivo Circulante	5.127	5.827
Passivo não Circulante	15.848	20.877
Plano de Aposentadoria	69.331	71.186
Total	90.306	97.890

20 - Créditos de acionistas

	2011	Adições	Baixas	2012
Creditos Monetários de Acionistas	34.643	79.000	(34.643)	79.000
Creditos Projeto Aguas Limpas	226.142	-	(23.812)	202.330
	260.785	79.000	(58.455)	281.330

	2012	Adições	Baixas	2013
Creditos Monetários de Acionistas	79.000	215.000	(229.000)	65.000
Creditos Projeto Aguas Limpas	202.330	-	(163.240)	39.090
	281.330	215.000	(392.240)	104.090

O Governo do Estado vem financiando o Programa de Saneamento do Espírito Santo, cujo montante posteriormente poderá ser revertido em aumento de capital do acionista Governo do Estado.

21 - Subvenções para investimento

A Companhia recebe repasses do Governo do Estado do Espírito Santo através de suas Secretarias de Urbanismo e Saneamento, de Justiça e de Turismo para execução em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nas localizadas no quadro abaixo. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

Subvenções para Investimento	31.12.2013	31.12.2012
Sedurb - Cariacica (a)	338	346
Sedurb - Viana (b)	220	225
Secret Estado de Turismo (c)	1.786	2.000
Secret. Estadual de Justiça (d)	282	564
Sedurb - Nova Venécia (e)	5.826	-
Sedurb - Santa Leopoldina (f)	745	-
Sedurb - Pancas (g)	3.982	-
Sedurb - Cariacica (h)	105	-
Governo do Estado-Conv. ICMS (i)	15.182	10.926
Total	28.466	14.061

a) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação.

b) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação.

c) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, a obra em operação.

d) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jucu, município de Viana, com a obra em operação.

e) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Nova Venécia.

f) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Santa Leopoldina.

g) Refere-se a recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede do Município de Pancas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

h) Refere-se a recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Nova Rosa da Penha e adjacências, no município de Cariacica.

i) A Companhia recebe recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, para ser gastos com itens de acordo com o item "n" da Nota 3. No exercício de 2013 a Companhia aplicou os recursos no Programa Se Liga na Rede que tem como objetivo ampliar o número de ligações dos clientes na Rede Coletora de Esgoto da Companhia.

22 - Instrumentos financeiros

(a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro abaixo demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	2013		2012	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	85.493	85.493	28.812	28.812
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	104.941	104.941	88.808	88.808
Adiantamentos e Convênios	Custo amortizado	27.343	27.343	10.670	10.670
Contratos de concessão indenizáveis	Custo amortizado	88.362	88.362	77.725	77.725
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
Aplicações financeiras	Custo amortizado	2.212	2.212	7.443	7.443
Total ativo financeiro		308.351	308.351	213.458	213.458
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debentures	Custo amortizado	200.603	200.603	253.749	253.749
Fornecedores	Custo amortizado	38.992	38.992	39.109	39.109
Créditos de acionistas	Custo amortizado	104.090	104.090	281.330	281.330
Total passivo financeiro		343.685	343.685	574.188	574.188

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

i. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de cambio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco. Com a quitação da dívida perante ao Banco do Brasil, a Companhia deixou de ter dívidas em moeda estrangeira.

Risco de Preço

O fluxo de caixa da Companhia não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura viária do Estado do Espírito Santo (ARSI) para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TJLP e da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descrito a seguir:

		Aumento / redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
2013			
R\$	200.603	+ 0,5%	1.008
		- 0,5%	(1.008)
2012			
R\$	253.749	+ 0,5%	1.269
		- 0,5%	(1.269)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa fixa	Valor contábil	
	2013	2012
Ativos financeiros	308.351	213.458
Passivos financeiros	(343.685)	(574.188)
	(35.334)	(360.730)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente.

Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos	
			Financiamentos ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de Dezembro de 2013				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	85.493	85.493
Contas a receber de clientes	5	-	104.941	104.941
Adiantamentos e Convênios	7	-	27.343	27.343
Contrato de Concessão Indenizáveis	12	-	88.362	88.362
Aplicações Financeiras - Garantias	9	2.212	-	2.212
		2.212	306.139	308.351
Empréstimo bancário garantido	14	-	200.603	200.603
Fornecedores	13	-	38.992	38.992
Créditos de Acionistas	20	-	104.090	104.090
		-	343.685	343.685

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2012					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	28.812	-	28.812
Contas a receber de clientes	5	-	88.808	-	88.808
Adiantamentos e convênios	7	-	15.210	-	15.210
Contrato de Concessão Indenizáveis	12	-	58.994	-	58.994
Aplicações financeiras - em garantia	9	7.443	-	-	7.443
		<u>7.443</u>	<u>191.824</u>	<u>-</u>	<u>199.267</u>
Empréstimo bancário garantido	14	-	-	224.087	224.087
Fornecedores	13	-	-	39.109	39.109
Debêntures	14	-	-	29.662	29.662
Créditos de Acionistas	20	-	-	281.330	281.330
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>574.188</u>	<u>574.188</u>

Os valores contábeis de aplicações financeiras e contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo

As taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras, mais uma margem de crédito, conforme a seguir:

Taxas de juros anuais utilizadas para determinar o custo amortizado

	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	7,75	6,45
Arrendamento Mercantil	17,81	18,80
	<u>25,56</u>	<u>25,25</u>

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

ii. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)	2013	2012
AAA	50.700	12.308
A	34.728	16.426
	<u>85.428</u>	<u>28.734</u>

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A Companhia não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e Debêntures	15.283	27.947	26.002	131.371	200.603
Créditos de Acionistas	-	104.090	-	-	104.090
Fornecedores e outras obrigações	38.992	-	-	-	38.992
	<u>54.275</u>	<u>132.037</u>	<u>26.002</u>	<u>131.371</u>	<u>343.685</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos Debentures	27.213	65.521	47.100	113.915	253.749
Créditos de Acionistas	-	281.330	-	-	281.330
Fornecedores e outras obrigações	39.109	-	-	-	39.109
	<u>66.322</u>	<u>346.851</u>	<u>47.100</u>	<u>113.915</u>	<u>574.188</u>

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (Receita Vinculada)	2013	2012
Banco do Brasil - Tesouro Nacional	Valor da próxima parcela fica bloqueada na C/C	-	1.561
BNDES	20% da arrecadação tarifária da CESAN	2.212	5.160
Caixa Econômica Federal	Corresponde a 3 vezes o encargo mensal na fase de carencia de juros	-	722
		<u>2.212</u>	<u>7.443</u>

(b) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Total dos empréstimos e debêntures (nota 14)	200.603	253.749
Menos: caixa e equivalente de caixa (nota 05)	85.493	28.812
Dívida líquida	115.110	224.937
Total do patrimônio líquido	1.718.808	1.252.860
Total do capital	1.833.918	1.477.797
Índice de Alavancagem financeira %	6	15
Índice de capital de terceiros %	7	18

23 - Partes relacionadas

23.1 Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 82,63% das ações e de forma indireta através da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 15,90% de ações, totalizando 99,36% das suas ações. Os 0,64% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até o final do exercício de 2013 estão demonstrados nas notas 5.1 e 25.1 respectivamente

23.2 Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração dos Diretores da Companhia é estabelecida pela Deliberação nº 3343/2008 alterada Deliberação nº 3964/2013 no mês de Março/2013. A remuneração dos Conselheiros de Administração e Fiscal são estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária.

Segue abaixo os valores das remuneração do pessoal chave da administração:

	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração	1.749	1.369
Benefícios	430	365
	<u>2.179</u>	<u>1.734</u>

24 - Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2013, é de 1.593.089. (1.123.874 em 31 de dezembro de 2012), representado por 1.593.089.174 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de 1,00 (um real) cada.

	Quantidade de ações	%
Acionistas		
Governo do Estado do Espírito Santo	1.332.271.457	83,63%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	253.270.253	15,90%
Superintendência do Proj. Polariz (SUPPIN)	3.023.902	0,19%
Minoritários	4.523.562	0,28%
	<u>1.593.089.174</u>	<u>100,00%</u>

24.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

24.2 - Aumento de capital

Em 01 de abril de 2013, e excepcionalmente em 08 de julho de 2013, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da Companhia, conforme decisão descrita em Ata. Os recursos foram provenientes de:

Crédito de acionistas	229.000
Juros sobre o capital próprio	43.628
Crédito de acionistas - Projeto Águas Limpas	163.717
Reserva de investimento	32.869
Total	469.214

24.3 - Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	70.747	76.268
Reserva legal (5%)	(3.537)	(3.813)
Realização da reserva de reavaliação	4.343	4.214
Base de cálculo dos dividendos	71.553	76.669
Dividendos (25%)	17.888	19.167
Juros sobre capital próprio	43.000	43.800
Imposto de renda retido na fonte	(24)	(26)
Valor líquido para distribuição	42.976	43.774

O saldo de juros sobre capital próprio de 42.976 não foi pago até 31 de dezembro de 2013.

24.4 - Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 18 de julho de 2013, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2014 está detalhado abaixo:

Programas	Previstos 2014		
	Recursos Próprios	Outras Fontes	Total Previsto
Implant. E Ampl. Sist. Abast. Água	34.218	87.941	122.159
Implant. E Ampl. Sist. Esgot. Sanitário	11.966	107.018	118.984
Desenv. Operacional / Institucional	46.523	5.225	51.748
Infraestrutura	5.000	-	5.000
	<u>97.707</u>	<u>200.184</u>	<u>297.891</u>

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do montante de R\$28.555 dos Lucros Acumulados para constituição de Reserva de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

24.5 - Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da Companhia, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Empresarial por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/00 alterada pela Lei 12.832/13 e aprovado pela Deliberação nº 4024/2013, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2013, a base foi de dois salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2013.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2013, o montante de 10.081 (8.346 em 31 de dezembro de 2012) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos Empregados	2013	2012
Início do Exercício	8.346	7.940
Pago no Exercício	(8.346)	(7.940)
Constituído no Exercício	10.081	8.346
Final do Exercício	<u>10.081</u>	<u>8.346</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

25 - Receita operacional líquida

	Número de Economias		Valores	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento de água				
Residencial	787.769	769.445	318.326	285.255
Comercial	49.393	46.602	58.659	53.434
Industrial	1.267	1.291	59.928	56.180
Órgãos públicos	4.765	4.762	34.183	31.241
Outras receitas do fornecimento de água			5.500	5.754
	<u>843.194</u>	<u>822.100</u>	<u>476.596</u>	<u>431.864</u>
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	315.575	284.040	88.769	70.556
Comercial	24.801	20.182	18.191	12.937
Industrial	508	499	2.634	2.018
Órgãos públicos	1.341	1.283	5.977	4.769
Outras receitas dos serviços de esgoto			308	113
	<u>342.225</u>	<u>306.004</u>	<u>115.879</u>	<u>90.393</u>
Total	1.185.419	1.128.104	592.475	522.257
(-) Deduções da receita				
PIS			(6.571)	(4.929)
COFINS			(30.265)	(22.703)
			<u>(36.836)</u>	<u>(27.632)</u>
Total			555.639	494.625

25.1.1 - Faturamento com partes relacionadas

Os valores faturados relativos a partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	2013	2012
Arquivo Público Estadual	11	6
Assembleia Legislativa Vitória	143	88
Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória	645	-
Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo	67	76
Departamento Imprensa Oficial	14	53
Depto Estradas de Rodagem	49	29
Detran do Espírito Santo	108	71
Faculdade de Musica do Espírito Santo	8	-
Hospital da Polícia Militar	901	579
Iema Instt Est Meio Ambiente e Recursos Hídricos	43	22
Inst Atend Sócio Educativo ES	709	432
Inst Capixaba de Pesquisa Assist Técnica Ext Rural	3	1
Inst de Defesa Agrop e Florestal do ES	33	20
Inst de tecnologia da Informacao e Comunico do ES	11	2
Inst Jones dos Santos Neves	11	11
Inst Previdencia dos Servidores do Espirito Santo	24	13
Junta comercial do ES Jucees	12	5
Ministerio Pub do Estado ES	98	78
Polícia Civil Delegacias Distritos	201	219
Polícia Militar do Estado do Esp. santo	474	342
Procuradoria Geral do ES Pge	27	17
Rádio e tv espírito santo	6	3
Secr Assist Social Trabalho e Direitos Humanos	3	14
Secr de Estado da Saude	2.151	1.394
Secr de Seguranca Publica	61	30
Secr Estadual da Agricultura	319	182
Secr Estadual da Cultura	50	45
Secr Estadual da Fazenda	56	130
Secr Estadual de Gestao e Recuros Humanos	5	-
Secr Estadual da Justiça	6.150	4.050
Secr Estadual de Esportes e Lazer	172	170
Secr Estadual de Planejamento e Orçamento	56	44
Secr Estadual de Turismo	4	3
Secr Estadual do Governo	122	81
Secr Estadual de Educação	3.691	2.418
Sup Est de Comunicação Social	-	4
Tribunal de Contas do Estado	102	43
Tribunal de Justiça	584	365
Total Geral	17.124	11.040

26 - Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Receitas de juros e acrescimos	13.475	7.577
Receitas Fin. de ganho com aplicações	5.903	3.003
Reversao de AVP	-	7.541
Resultado de variação cambial ativa	<u>403</u>	<u>1.204</u>
	19.781	19.325
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(18.453)	(15.602)
Resultado de variação cambial passiva	(1.055)	(2.194)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais	<u>(5.200)</u>	<u>(4.012)</u>
	<u>(24.708)</u>	<u>(21.808)</u>
	(4.927)	(2.483)

27 - Despesas comerciais

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	2013	2012
Despesas gerais e administrativas da unidade	(28.817)	(28.177)
Perdas no recebimento de tarifas	(40.114)	(35.563)
Reversão de perdas	<u>6.158</u>	<u>4.566</u>
	(62.773)	(59.174)

28 - Despesas administrativas

	2013	2012
Despesas com pessoal	(55.780)	(50.923)
Despesas com materiais	(1.685)	(1.225)
Despesas com serv. de terceiros	(42.198)	(32.184)
Outras despesas	<u>(17.622)</u>	<u>(30.565)</u>
	(117.285)	(114.897)

29 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2013	2012
Baixas Imobilizado	(4.085)	(2.726)
Provisão Contingência	(8.633)	(20.042)
Reversão Provisões	6.562	48.079
Outras Receitas	<u>2.165</u>	<u>3.543</u>
	(3.991)	28.854

30 - Conciliação de Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (aliquota de 25%) e da Contribuição Social (aliquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

	2013		2012
Resultado antes dos Impostos	84.958		92.755
Juros sobre Capital Próprio	(43.000)		(43.800)
Base de Cálculo	41.958		48.955
Adições	942		537
Exclusões	(8)		(23)
Lucro Real	42.892		49.469
	IRPJ	CSLL	IRPJ
			CSLL
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.699	3.860	12.349
Incentivos Fiscais	(349)	-	(316)
Outros	-	-	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	10.350	3.860	12.027
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
· Prejuízos fiscais	-	(489)	-
· Regime Tributário transitório - RTT	2791	1005	(186)
· IRRF / CSRF	(305)	(37)	(297)
· Outros	1.382	497	(2.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa efetiva	14.218	4.836	9.503
			2.448
Alíquota Efetiva		45,41%	24,41%

31 - Comprometimento de capital

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2013:

Contratado	Valor do Contrato	Saldo em 31/12/2013
Construtora Norberto Odebrecht	59.333	11.652
Policard Systems	47.931	18.325
Contractor Engenharia	42.744	6.357
Duto Engenharia Ltda	32.816	25.673
Tubonews Construções e Montagens Ltda	47.480	20.834
Montalvani Engenharia	23.531	5.258
Acta Engenharia Ltda	34.574	17.773
Samon Saneamento e Montagens	31.704	15.576
Pelicano Construções	19.162	14.042
Comer Construtora e Incorporadora	17.595	8.553
ABF Engenharia	17.815	2.137
Gerentec Engenharia	16.032	1.485
Edurban Edificações e Urbanismo	10.638	9.801
Sanevix Engenharia Ltda	26.766	14.237
	428.121	171.703

32 - Parceria Público Privada – Município de Serra

Em 23 de dezembro de 2013, conforme Deliberação nº 4054/2013 do Conselho de Administração da Companhia, foi homologado a Licitação e adjudicação do Edital e autorizar a Diretoria da Companhia a assinar contrato com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída pelo Consórcio Serra Ambiental, via Parceria Público Privada para Concessão Administrativa para a Ampliação, Manutenção e Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Serra, integrante da Região Metropolitana de Vitória por concessão de 30 anos e com um investimento previsto a valor presente de R\$ 628.157. O início da operação da PPP está previsto para o exercício de 2014.

33 - Adesão ao Parcelamento da Lei 12.865/2013

Em 18 de dezembro de 2013 através da 2007ª Reunião, a Diretoria autorizou a adesão da Companhia ao REFIS, reaberto pela Lei 12.865/2013 para parcelamento de uma dívida previdenciária que esta sendo discutida judicialmente (processo nº 2004.50.01.011818-3) no valor de R\$5.910. O prazo solicitado foi de 30 parcelas. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia aguarda a Consolidação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

34 - Impactos da MP nº 627/2013 e IN-RFB nº 1397/2013

A Administração está procedendo com o diagnóstico dos efeitos das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises prévias realizadas pela Administração através de seus técnicos, não foram identificados inicialmente riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1/1/2008 e 2013; e (ii) pagamento de JCP com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013.

Não foram identificados previamente riscos de contingência, uma vez que não houve saldo de dividendos não pagos até a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1/1/2008 e 2013.

Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN

Paulo Ruy Valim Carnelli
Diretor-presidente

Sandra Sily
Diretora de Operação Metropolitana

Carlos Fernando Martinelli
Diretor de Operação do Interior

Paulo Ruy Valim Carnelli
Respondendo pela Diretoria de Meio Ambiente

Antonina Sily Vargas Zardo
Diretor de Relações com o Cliente

Edmar José Zorzal
Gerente Financeiro e Contábil

Reginaldo José de Castro
Contador CRC 11.475-O/ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN
Vitória - ES

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para a Companhia, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de março de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC RS-042460/O-3

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2013

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 2.358.741.002,00 (dois bilhões trezentos e cinquenta e oito milhões setecentos e quarenta e um mil e dois reais), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 25 de Março de 2014

Iranilson Casado Pontes
PRESIDENTE DO C.A.

Paulo Ruy Valim Carnelli
CONSELHEIRO

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha
CONSELHEIRO

Samir Furtado Nemer
CONSELHEIRO

José Alves Paiva
CONSELHEIRO

Adailson Freire da Costa
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes, no sentido de que as demonstrações financeiras se apresentam adequadas em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis, sem ressalva, cujo ativo e passivo importam em R\$ 2.358.741.002,00 (dois bilhões trezentos e cinquenta e oito milhões setecentos e quarenta e um mil e dois reais) as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 24 de Março de 2014.

Tyago Ribeiro Hoffmann
CONSELHEIRO

Valesia Perozini Inacio
CONSELHEIRO

Andre Rossetti Bresciani
CONSELHEIRO